



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME

ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria de **ADMINISTRAÇÃO**

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 097/2025

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGIA DESARMADO PARA ATENDER EVENTOS E PROJETOS DESENVOLVIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,

Ref: RECURSO:

Recorrente: HEDGER SEGURANÇA PATRIMONIAL E TERCEIRIZAÇÕES LTDA

Recorrida: PROAGILY SEGURANCA PATRIMONIAL E TERCEIRIZAÇÕES LTDA

MANIFESTAÇÃO DA PREGOEIRA

Trata-se de recurso interposto pela licitante **HEDGER SEGURANÇA PATRIMONIAL E TERCEIRIZAÇÕES LTDA**, aduzindo, em síntese:

- 1) Que a recorrida apresentou proposta com valor inferior a 50% do valor orçado pela administração, tornando seu preço inexecutável;
- 2) Que não foi apresentada, juntamente com a proposta, a planilha de comprovação de custos e exequibilidade;
- 3) Que a Requerida está legalmente impedida de, em nova oportunidade, apresentar planilha de custos para complementar as informações relativas ao preço inexecutável;
- 4) Alegou que a recorrida não possui CNAE referente a 'vigilância, vigia, portaria ou serviços correlatos', compatível com o objeto do certame, não comprovando, portanto, sua habilitação;
- 5) Afirmou que a recorrida apresentou declaração falsa de enquadramento como ME/EPP, pois declarou não possuir nenhum contrato vigente. No entanto, o seu Atestado de Capacidade Técnica contém informação divergente, comprovando a prestação de serviços contratados desde 2023;
- 6) Requer deferimento e a inabilitação da proposta declarada vencedora;

Em sede de contrarrazões, a recorrida se manifestou, também em síntese, da seguinte forma:

- 1) *Que as alegações da recorrente são infundadas, falsas e desprovidas de respaldo jurídico*
- 2) *Que não há qualquer indício de inexecutabilidade, uma vez que não foi solicitado pela pregoeira, como diligência, a apresentação de comprovação de exequibilidade;*
- 3) *Que o Atestado de Capacidade Técnica apresentado, por si só, já comprova a exequibilidade, pois constitui prova material, atual e concreta da capacidade operacional e de custos compatíveis;*
- 4) *Que a Lei nº 14.133/2021 não exige correspondência exata entre o CNAE e o objeto; e que a habilitação jurídica e técnica deve ser*





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME

ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria de **ADMINISTRAÇÃO**

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS

analisada de forma concreta, com base em documentos e experiência real;

5) Que a Declaração de Enquadramento apresentada trata apenas de contratos com a Administração Pública, sendo que o atestado não possui natureza pública e, portanto, não interfere na veracidade da declaração de ME/EPP;

6) Requereu que seja mantida a decisão que reconheceu sua habilitação/classificação.

É o resumo do necessário.

O recurso interposto deve ser conhecido por atender aos requisitos de admissibilidade.

No mérito, não merece provimento.

No que tange a alegação de inexecuibilidade, por oportuno, convém esclarecer que a afirmação da recorrida de que o seu Atestado de Capacidade Técnica, por si só, seria suficiente para comprovar sua exequibilidade não se sustenta. Isso porque, embora se refira a objetos semelhantes, tais documentos não evidenciam identidade de características, condições operacionais ou obrigações contratuais. Ademais, não é de conhecimento desta Administração o inteiro teor das cláusulas e dos valores pactuados no contrato apresentado, o que impede a aferição alegada.

No entanto, quando consideramos o preço final vencedor, muito embora haja previsão no edital de indício de inexecuibilidade das propostas com valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, entendo não ser o caso de desclassificação da proposta da recorrida.

Segundo decisão Acórdão 465/2024 (Plenário, rel. Min. Augusto Sherman, j.20.3.2024).

*“(...) eventual valor muito inferior ao que foi previsto pela Administração no orçamento-base da licitação **não é, por si só, indicador absoluto de inexecuibilidade da proposta**, haja vista, por exemplo, a possibilidade de que referido valor orçado contenha equívocos ou a licitante consiga demonstrar sua capacidade de executar o objeto no valor por ela proposto”.*

Ademais, é relativa a presunção de inexecuibilidade de preços, como já fartamente decidido pelos órgãos de controle, a exemplo do Acórdão nº 2068/2011-Plenário -TCU¹. Em sendo relativa a presunção de inexecuibilidade, a análise dos preços finais propostos deve levar em conta outros fatores e características da licitação em si.

¹ Enunciado: Pregão para contratação de serviços: por constituir presunção relativa, suposta inexecuibilidade de proposta comercial de licitante não autoriza imediata desclassificação, excetuando-se situação extremas nas quais a Administração Pública se veja diante de preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME

ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria de **ADMINISTRAÇÃO**

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS

*"REPRESENTAÇÃO. DESCLASSIFICAÇÃO DE PROPOSTA POR CRITÉRIO NÃO PREVISTO NO EDITAL. PROCEDÊNCIA. ASSINATURA DE PRAZO PARA ANULAÇÃO DO ATO. POSSIBILIDADE DE RETOMADA DO CERTAME. CIÊNCIA DE OUTRAS IMPROPRIEDADES. ARQUIVAMENTO. 1. **Não há vedação legal à atuação, por parte de empresas contratadas pela Administração Pública Federal, sem margem de lucro ou com margem de lucro mínima, pois tal fato depende da estratégia comercial da empresa e não conduz, necessariamente, à inexecução da proposta (Acórdão 325/2007-TCU-Plenário).** 2. A desclassificação de proposta por inexecuibilidade deve ser objetivamente demonstrada, a partir de critérios previamente publicados (Acórdãos 2.528/2012 e 1.092/2013, ambos do Plenário)". ACÓRDÃO 1755/2020 - PLENÁRIO*

E, em assim o fazendo, constato que:

1) Pelo preço ofertado, a própria recorrente apresentou cotação final correspondente a 50% do valor orçado pela Administração, sendo a diferença entre ambas as propostas **de apenas R\$ 255,36 (duzentos e cinquenta e cinco reais e trinta e seis centavos)**. Diante disso, não parece haver indícios de que o valor ofertado seja inexequível, ao contrário, verifica-se que está alinhado às características do edital e compatível com os valores praticados no mercado. Nessas circunstâncias, refuta-se o argumento de inexecuibilidade da recorrente, inclusive porque, adotada a mesma lógica comparativa, **a própria proposta da recorrente poderia igualmente ser considerada inexequível**, o que demonstraria a inconsistência de sua alegação.

2) Entendendo suficientes os motivos supra para a manutenção da decisão recorrida. Aduz-se ainda, que caberia a recorrente a demonstração da impossibilidade de execução do objeto pelo preço final ofertado, ou, no mínimo, apresentar indícios suficientes para tal, o que não fez

*LICITAÇÃO PÚBLICA - MANDADO DE SEGURANÇA - LIMINAR PARA SUSPENSÃO DE CONTRATO COM A EMPRESA VENCEDORA - ALEGAÇÃO DE IRREGULARIDADE FORMAL DA PROPOSTA - PREÇO INEXEQUÍVEL NÃO DEMONSTRADO. 1. Para se averiguar as alegações da ATENTO quanto à regularidade formal das propostas, não cotação de preços unitários e preço inexequível, deveria ter sido juntado ao mandamus a proposta da empresa CSU, junto com a demonstração da alegada inexequibilidade. 2. **Simple alegação de que um preço é inexequível não é suficiente para que se interrompa o processo licitatório. É necessário que a parte interessada demonstre cabalmente que o preço cotado não corresponde à realidade dos custos, ainda mais em sede de mandado de segurança onde a prova deve ser pré-constituída.** 3. Precedentes jurisprudenciais do TRF/1ª Região e do STJ. 4. Agravo de instrumento provido.*

(TRF-1 - AG: 13301 DF XXXXX-2, Relator.: JUÍZA SELENE MARIA DE ALMEIDA, Data de Julgamento: 22/06/2001, QUINTA TURMA, Data de Publicação: 16/07/2001 DJ p.546)

Outro ponto levantado no recurso é a alegação de que a recorrida não teria atendido às exigências do edital por não possuir CNAE de "vigilância, portaria ou serviços correlatos" supostamente compatível com o objeto do certame.

No entanto, há vasta jurisprudência tanto do TCU quanto de Tribunais estaduais e federais no sentido de que não se exige correspondência exata entre o CNAE e o objeto licitado. A classificação econômica da empresa é apenas um elemento auxiliar e não substitui a análise documental





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME

ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria de **ADMINISTRAÇÃO**

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS

concreta da capacidade técnica, tampouco pode restringir indevidamente a competitividade do certame. O entendimento consolidado é o de que a habilitação deve considerar a documentação efetivamente apresentada, incluindo atestados, contratos, estrutura operacional e demais provas de experiência, e não apenas o código CNAE, que possui natureza meramente cadastral.

Assim, a mera alegação de incompatibilidade de CNAE, desacompanhada de prova efetiva de incapacidade técnica, não é suficiente para ensejar a inabilitação da licitante.

Tribunal de Justiça de Pernambuco Poder Judiciário Gabinete do Des. Jorge Américo Pereira de Lira, 593, Forum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley (4º andar), RECIFE - PE - CEP: 50010-230 F:(81) 31820810 1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO REEXAME NECESSÁRIO Nº XXXXX-38.2020.8.17.3130 IMPETRANTE: GRÁFICA A ÚNICA LTDA IMPETRADO: PREGOEIRA DO SETOR DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE PETROLINA RELATOR: Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL. DESCLASSIFICAÇÃO DE LICITANTE. INCOMPATIBILIDADE DA ATUAÇÃO DA EMPRESA COM O OBJETO DA LICITAÇÃO. INOCORRÊNCIA. ATIVIDADES PREVISTAS NO CONTRATO SOCIAL. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. VIOLAÇÃO CARACTERIZADA. PREJUÍZO À COMPETITIVIDADE E À ESCOLHA DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA PARA A ADMINISTRAÇÃO. CONCESSÃO DA SEGURANÇA NA ORIGEM. SENTENÇA CONFIRMADA.

1. Viola o princípio da vinculação ao instrumento convocatório o ato que desclassifica empresa de licitação com fundamento em exigência não prevista no edital do certame, como ocorre na hipótese em que o edital determina a análise da compatibilidade entre o objeto licitado e a atuação do licitante de acordo com o previsto no contrato social, mas apenas são consideradas as atividades catalogadas na CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas).

2. A licitação visa, primordialmente, assegurar a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração. Assim, a exclusão do licitante tão somente com base nas atividades catalogadas na CNAE, na espécie, configura limitação excessiva e que vulnera a competitividade do certame e a supremacia do interesse público.

3. Reexame Necessário desprovido. à unanimidade. ACÓRDÃO Vistos. relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade, em negar provimento ao Reexame Necessário, nos termos do relatório e voto do relator, que passam a integrar o presente julgado. Recife, datado e assinado eletronicamente. Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA Relator

Assinado por 1 pessoa: ELIANE ALEIXO VILLA CHAGAS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://prefeitura.leme.1.doc.com.br/verificacao/7263-91C6-8C4F-EFCB> e informe o código 7263-91C6-8C4F-EFCB





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME

ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria de **ADMINISTRAÇÃO**

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS

Ademais, simples análise dos documentos apresentados demonstra o efetivo atendimento dessa exigência.

Vejamos, o que consta em sua “3ª Alteração Contratual Consolidada”:

CLÁUSULA SEGUNDA

3 A sociedade tem como objeto social: *Serviços combinados de escritório e apoio administrativo, obras de acabamento da construção, atividades de monitoramento de sistemas de segurança eletrônico, serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais, atividades paisagísticas, treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial, imunização e controle de pragas urbanas, atividades de limpeza não especificadas anteriormente, construção de edifícios, serviços de entrega rápida, obras de montagem industrial, impermeabilização em obras de engenharia civil, instalações hidráulicas, sanitárias e de gás, instalação de portas, janelas, tetos, divisórias e armários embutidos de qualquer material, obras de acabamento em gesso e estuque, instalação e manutenção elétrica, serviços de malote não realizados pelo Correio Nacional, preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo, montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos, coleta de resíduos não perigosos, atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes, preparação de canteiro e limpeza de terreno, seleção e agenciamento de mão de obra, obras de irrigação, serviços de pintura de edifícios em geral, obras de alvenaria, atividades de apoio à agricultura não especificadas anteriormente, atividades de vigilância e segurança privada, obras de urbanização de ruas, praças e calçadas, pintura para sinalização em pistas rodoviárias e aeroportos, edição e montagem de filmes, reproduções e gravações, serviços de pré-impressão, tratamento de textos e imagens e serviços gráficos, comércio de produtos ortopédicos, artigos de papelaria, equipamentos e suprimentos de informática, criação de sistemas de informática customizáveis ou não, produtos de uso doméstico, comércio de móveis, serviços de montagem de móveis, comércio de veículos, serviços de engenharia e produtos de supermercado sem estoque físico no local.*

Em suma, a lei prioriza a comprovação concreta da experiência e capacidade técnica da empresa, por meio de atestados e certificações, em vez de se ater a classificações formais. Não há no art. 67 ou em qualquer dispositivo da Lei 14.133/2021 previsão de exigência do código CNAE como condição de qualificação. A Administração deve exigir prova da capacidade técnica pertinente ao objeto (por exemplo, atestados de serviços similares já executados), o que é muito mais eficaz para avaliar a aptidão do que verificar se determinada atividade consta ou não do cadastro fiscal da empresa.

Assim, do ponto de vista estritamente legal, nada impede que uma empresa sem o CNAE exato do objeto licitado (o que não ocorreu) participe e seja habilitada, desde que comprove, por outros meios, que possui condições técnicas para executar o contrato. Essa comprovação ocorre mediante os documentos de qualificação técnica elencados na lei – e não pela simples classificação fiscal.

Ultimo ponto levantado no recurso é a alegação de que a recorrida apresentou declaração falsa de enquadramento como ME/EPP, pois declarou não possuir nenhum contrato vigente e, no entanto, o seu Atestado de Capacidade Técnica contém informação divergente, comprovando a prestação de serviços contratados desde 2023;

Vejamos o que diz a Lei 14.133/21 em seu Art.4º §2º





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME

ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria de **ADMINISTRAÇÃO**

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS

*§ 2º A obtenção de benefícios a que se refere o caput deste artigo fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a **Administração Pública** cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o órgão ou entidade exigir do licitante declaração de observância desse limite na licitação.*

Não há indícios de fraude, uma vez que o contrato mencionado no Atestado de Capacidade Técnica se refere a uma empresa privada. Ademais, mesmo que tivesse ocorrido algum “erro material” ao deixar de elencar todos os contratos vigentes privados, tal fato não compromete a veracidade da declaração de enquadramento.

O enquadramento como microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) depende do atendimento aos requisitos previstos na Lei Complementar nº 123/2006, especialmente do art. 3º, inciso II, e §4º, que exigem a comprovação da receita bruta anual e a inexistência de vedações legais. Os documentos constantes do processo, como balanço patrimonial e declaração de faturamento, demonstram que há plena base probatória, confirmando que a empresa declarou a verdade em sua qualificação.

Dessa forma, mantenho a decisão proferida no certame.

Esclareço, por oportuno, que o edital estabelece a Pregoeira como responsável, em primeira instância, pela decisão do recurso. Caso a decisão seja pelo indeferimento, opera-se automaticamente o encaminhamento para a autoridade competente, a quem são delegados os poderes para proferir a decisão final, conforme previsto no item 7.5 do edital.

O recurso deverá ser dirigido à autoridade que editou o ato ou proferiu a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos.

A autoridade superior para julgamento.

Leme/SP, 05 de dezembro de 2025

Eliane Aleixo Villa Chagas
PREGOEIRA





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 7263-91C6-8C4F-EFCB

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



ELIANE ALEIXO VILLA CHAGAS (CPF 276.XXX.XXX-10) em 05/12/2025 13:55:01 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://prefeituraleme.1doc.com.br/verificacao/7263-91C6-8C4F-EFCB>